

Entre o mito e o homem Caxias e a construção de uma heroicidade moderna

*Between the Myth and the Man:
The Duke of Caxias and the Construction
of the Modern Heroic Ideal*

Adriana Barreto de Souza¹

Abstract

This article analyzes the means by which the biographical texts develop the individualization of Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) and convert him in a national hero. The first part reviews the biographical literature and points out the moment in which this conversion to national hero took place through the formulation of a common "memory". In the second part, the author analyzes the process which established the status of hero in the above mentioned narratives.

Keywords: history; biography; heroism.

Resumo

Esse artigo tem por objetivo analisar a maneira pela qual os textos biográficos elaboram a individualização do Duque de Caxias, convertendo-o num herói de proporções nacionais. Na primeira parte, caracterizo o campo das produções biográficas e defino o momento em que ocorre essa conversão pela instituição de uma memória. Na segunda parte, pretendo analisar propriamente o processo de elaboração dessa heroicidade no conjunto das narrativas.

Palavras-chave: história - biografia - heroicidade

*"... ele nasceu soldado, como poderia ter nascido
artista ou poeta".*

(Oswaldo Orico. O Condestável do Império)

Caxias está entre os grandes vultos do Império. A curva descrita por sua existência social é bastante conhecida. Nascido em 1803, participou de todos os grandes eventos militares da história imperial. Seu batismo de fogo

¹ Mestre e Doutoranda em História Social/ UFRJ. Autora do Livro: O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. RJ: Arquivo Nacional, 1999. (3.º lugar do Prêmio Arquivo Nacional de 1997).

ocorreu nas guerras de independência. Participou da campanha da Cisplatina, foi comandante do batalhão do Imperador, consolidou seu nome nas "lutas de pacificação", comandou as forças oficiais no Prata e encerrou sua carreira militar na campanha do Paraguai. Tudo isso sem mencionar a sua longa trajetória na política². O surpreendente é que pouco se sabe sobre os anos de sua formação. A memória que deve ser guardada do Duque de Caxias é definida com clareza pelas biografias, e tem início numa data precisa – 1837, quando irrompem as lutas no Maranhão. O mais famoso dos seus biógrafos, o padre Joaquim Pinto de Campos, afirma que todos os fatos ocorridos até então não eram mais que o crepúsculo matutino de uma brilhante carreira e encerra a primeira parte da sua narrativa, a qual dedica apenas 24 páginas numa obra de 496, com um expressivo "basta"³.

Esse tipo de procedimento é sustentado pela idéia de que as realizações de um grande personagem da história são independentes da sua inserção como persona social, de seu desenvolvimento e experiência na rede humana em que está inscrito⁴. Um fato que se agrava quando o objetivo é elaborar a trajetória de um herói, principalmente de um herói nacional. Essa intenção é explicitada por Pinto de Campos na introdução da sua biografia. Nela, afirma o interesse em demonstrar como as qualidades dos grandes generais da história "se reúnem na pessoa do Sr. Duque de Caxias". Nessa convergência de grandes valores é que se revelaria a sua natureza especial, aquilo que o eleva acima da medida humana – a sua heroicidade.

A proposta desse texto é entender como os textos biográficos elaboram o processo de individuação de Caxias de modo a convertê-lo num herói de proporções nacionais. Na primeira parte, procuro caracterizar o campo das produções biográficas, definindo o momento em que ocorre essa conversão pela instituição de uma memória. Em seguida, pretendo analisar propriamente o processo de elaboração dessa heroicidade no conjunto das narrativas.

* * *

O campo bibliográfico que tem por tema a trajetória de Caxias é vasto. Um levantamento realizado anteriormente registrou um total de 51 títulos, excluindo todas as homenagens realizadas em cerimô-

² Essa é a trajetória consagrada pelas biografias, essencialmente militares. Vale destacar, contudo, que Caxias ocupou ainda o cargo de presidente da província do Maranhão (1839-1841), deputado pela mesma província através do sistema indireto em 1841, vice-presidente da província de São Paulo (1842), senador pelo Rio Grande do Sul (cargo vitalício, eleito em 1845) e presidente do conselho de ministros em 1856, 1861 e 1875.

³ CAMPOS, J. P. *Vida do Grande Cidadão Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Essa obra é publicada pela primeira vez em 1878, dois anos antes da morte do duque de Caxias.

⁴ ELIAS, Norbert. *Mozart: Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

nias oficiais⁵. Dentre esses textos, 3 foram publicados ainda sob o regime monárquico e todos os demais foram produzidos na república. O que define a fronteira entre os dois grupos não é exatamente o regime de governo, mas o tipo de abordagem. A publicação em 1878 da *Vida do Grande Cidadão Brasileiro* funda uma matriz discursiva que se repete quase inalteradamente até as últimas publicações do gênero, realizadas na década de 1980. É difícil encontrar nessas páginas informações originais, e totalmente impossível deparar-se com uma imagem menos uniforme e mais conflituosa do líder das campanhas platinas. Nelas, a vida de Caxias é um deslocamento linear com um sentido previamente estabelecido. Cada etapa deve revelar a sua vocação militar.

É importante não perder de vista que essa obra-marco foi escrita por um membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e legítimo representante do discurso conservador saquarema. No século passado, o IHGB era o centro oficial de produção da memória nacional. Coube a ele delinear um perfil para a nação brasileira, fundamentando na história um projeto nacional e construindo seus mitos e representações⁶. O padre Joaquim Pinto de Campos, além de pertencer a esse grupo de letrados comprometidos com a elaboração de um projeto centralizador, participava das disputas políticas que visavam à sua implantação. Ocupou por sete legislaturas uma vaga na câmara dos deputados por Pernambuco e foi indicado várias vezes para a lista tríplice do senado. Foi também um nome chave na repressão à rebelião praieira, reagrupando regionalmente as forças conservadoras em 1848. Não foi por acaso que escreveu duas biografias de grandes nomes do império – a de Caxias e uma sobre d. Pedro II – ambas publicadas com a autorização dos biografados, ainda vivos. É esse o autor da mais tradicional biografia sobre Caxias.

Os impulsos que o levaram a escrever essa biografia são explicitados logo na primeira página da obra, quando também explica o que entende ser um trabalho biográfico:

Tempos houve em que a sociedade pagava aos seus heróis esse feudo de admiração, rendendo-lhes culto como a semideuses, figurando-lhes além campa uma residência em intermúndios. Outra, e mais razoável, é hoje a recompensa dos coetâneos e a da posteridade: monumento melhor e mais duradouro que os bronzes, a imprensa consagra, perpetua, lega aos séculos, nomes e feitos dos varões prelados.⁷

⁵ Uma análise desse campo bibliográfico pode ser encontrada em SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias na Memória Nacional*: análise de textos biográficos. "Paper" apresentado no XX Simpósio Nacional de História. Florianópolis (SC), 26-30 jul. 1999.

⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1: 5-27, 1988.

⁷ CAMPOS, Joaquim Pinto de. Op. Cit. p.9.

A biografia de Pinto de Campos é antes de tudo um monumento. Não foi outro o motivo que o levou a escrevê-la: estava diante da possibilidade de erguer um monumento narrativo. Melhor que os de bronze porque consagra e perpetua nomes e feitos, ou ainda, porque firma uma memória.

Observando retroativamente o número de textos que inspirou, é possível afirmar que o empreendimento foi bem sucedido. Um bom indicativo da eficácia do processo de instituição de uma memória, coletiva ou individual, é a repetição, o quanto é lembrada. Ela atesta a vitalidade dessa memória, a sua capacidade de mobilizar pessoas e produzir identidades. Ao mesmo tempo, é importante destacar, há um aspecto interno. A sua aceitação depende da maneira como é "montada", dos elementos que são levados em conta na sua composição⁸. Há aí um jogo que lembra, mas que também institui silêncios, formando o que identifiquei como sendo uma matriz discursiva. No caso da biografia de Pinto de Campos, essa matriz opera dois grandes cortes e fixa um aspecto da trajetória de Caxias. O primeiro desses cortes procura apagar os traços de sua atuação política. O Caxias oficial do exército é separado do Caxias político, e os inúmeros cargos e funções ocupados pelo chefe militar são apresentados pelo biógrafo como uma necessidade, ou ainda, uma exigência imposta pelas circunstâncias nacionais. Jamais expressam um interesse pessoal. Se Caxias assumiu encargos políticos, o fez em nome da nação. De forma bastante sagaz, Pinto de Campos, que se apresenta como seu amigo particular, lembra de uma confissão. Cansado, após uma vida dedicada à pátria, Caxias havia lhe confidenciado preferir "anos da mais dura guerra, a meses de ministério"⁹. Como se trata de uma confissão segredada, a frase não está sujeita a verificações. Porém, o mais surpreendente é que, posteriormente, esse tema desaparece como problema. Paulo Matos Peixoto, outro de seus biógrafos, se satisfaz em afirmar, seguindo o texto do padre, que existia uma incompatibilidade entre as "agremiações políticas" e as forças armadas¹⁰. Outros não mencionam mais, sequer, que tenha ocupado cargos políticos¹¹.

O segundo corte evita tematizar os anos da formação. Como já havia mencionado, para os biógrafos a trajetória de Caxias não deve receber um tratamento uniforme. Uma fase merece destaque: aquela em que "entrou a acentuar-se essa alta individualidade"¹². Aqui, as duas regiões de silêncio se sobrepõem: a atuação política e os anos de sua formação. Lembrando que o ponto de emer-

⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, 3: 3-15, 1989.

⁹ CAMPOS, Joaquim Pinto de. Op. Cit. p.396.

¹⁰ PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias: nome tutelar da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico, 1973. p.42.

¹¹ Entre eles, é possível localizar até mesmo um historiador do porte de Sílvio Romero.

¹² CAMPOS, Joaquim Pinto de. Op. Cit. p.36.

gência dessa individualidade nos textos biográficos é o ano de 1837, quando Caxias passa do crepúsculo matutino para o momento brilhante de sua carreira, é possível perceber que há um ponto de interseção entre essas regiões. Em 1837 teve início a rebelião dos balaios. Em 1839, ele segue para o Maranhão. É a primeira grande campanha militar de Caxias. Ao debelar o movimento, é agraciado com o título de barão de Caxias – cidade centro da resistência dos balaios – e promovido a general brigadeiro. A um só tempo ingressa no grupo de oficiais gerais – o mais alto escalão do exército – e na nobreza brasileira. É, sem dúvida, o momento perfeito para se promover uma autonomização de Caxias e, portanto, para iniciar propriamente a narrativa das suas memórias. Por isso, apenas 24 páginas cobrem a fase anterior à Balaiada. Através do silenciamento das marcas iniciais de sua trajetória e da sua atuação política surge nessas biografias a figura do grande general brasileiro. O encontro das duas regiões concorre para promover a “genialidade militar”¹³ de Caxias.

Nem sempre, contudo, Caxias foi esse gênio da arte da guerra. No processo de demarcação desses “não-ditos”, as biografias anteriores à obra de Pinto de Campos e portanto publicadas ainda durante a monarquia, constituem fontes preciosas. Elas apresentam uma imagem muito diferenciada do chefe das campanhas platinas. Na verdade, são mais ensaios biográficos que propriamente biografias. Perfazendo um total de três textos, neles, apesar da admiração que também expressam, Caxias é apenas um homem de talento, que construiu uma carreira bem sucedida.

Dessas três biografias, duas merecem especial atenção¹⁴. Uma delas, assinada por Câmara Lima, foi publicada em 1846, ano seguinte à pacificação do Rio Grande do Sul. A outra, foi escrita por José de Alencar e publicada em 1867, quando Caxias foi convocado para dirigir o exército no Paraguai. Nas duas, Caxias se destaca exatamente por sua disposição para a política. Toda sua trajetória, para esses biógrafos, se encontra enredada numa intrincada trama política, que se inicia com os privilégios de nascimento e ganha corpo através da sua atuação militar.

Para Câmara Lima não há qualquer problema em afirmar que a pacificação dos farrapos no sul do país deveu-se mais a sua atuação política e à moderação do que às armas¹⁵. Em seu texto, Caxias

¹³ Vários biógrafos identificam uma certa genialidade em Caxias. Dentre eles, o mais enfático é JACQUES, Paulino Inácio. *Dois Gigantes do Civismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1934.

¹⁴ O terceiro texto, de 1870, não interessa precisamente a esse trabalho por se tratar apenas uma descrição das várias batalhas da guerra do Paraguai, não incluindo qualquer reflexão sobre a maneira como Caxias chegou a ser nomeado general comandante do exército brasileiro (tema politicamente bastante polêmico) e sobre o modo como exerceu o seu comando. DIAS, O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai. Bahia: Typ. do Diário, 1870.

¹⁵ LIMA, Patricio Augusto da Câmara. *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias*. Porto Alegre: Imprensa Isidoro José Lopes, 1846. p. 3.

aparece como o organizador de uma *política sã*, que conseguiu reunir *perseverança* e *coragem* para *lisonjear* e *afagar* o povo, vencendo as paixões. Até a palavra *coragem* aqui assume um sentido peculiar. Se a princípio ela lembra a qualidade típica de um militar, uma leitura mais atenta mostra que a *coragem* de Caxias nesse momento está em afirmar a autoridade do poder central, negociando e equacionando disputas regionais. O próprio tratamento que é dispensado a Caxias nesses textos é diferente. Em raros momentos se faz referência a sua patente militar, ele é sempre apresentado através dos títulos de nobreza com que foi distinguido pela monarquia, ou ainda pelo termo *chefe político*, como gostava de a ele se referir José de Alencar¹⁶. Para esses autores, Caxias detém a *arte de governar*. É curioso que, enquanto as demais biografias constróem uma minuciosa narrativa dos feitos militares de Caxias, esses textos a eles pouco se referem. Não há a descrição de batalhas e conflitos. O seu sucesso militar é antes resultado de um plano de ação política, que expressão da ação solitária de um "eu" vocacionado para o exército.

O Caxias do século XIX é sem dúvida um chefe político-militar. É também na rede conformada pelas relações políticas da primeira metade dos oitocentos que José de Alencar situa o ingresso e a rápida ascensão de Caxias no exército. Lembra que o menino Luiz Alves de Lima era o primogênito de uma "família distinta" da sociedade imperial e que isso lhe "assegurou alguns privilégios"¹⁷. Com apenas cinco anos de idade, assentou praça nas forças de linha com o título de cadete. E, todos os postos a que ascendeu durante os trinta primeiros anos da sua vida eram comandados por algum de seus tios, ou pelo próprio pai – Francisco de Lima e Silva – que em 1831 tornou-se regente do império.

A diferença entre os dois grupos de narrativas biográficas é nítida. Enquanto os primeiros biógrafos inscrevem Caxias num jogo de "forças reticulares" e acentuam os vínculos sociais a partir dos quais ele se tornou o que era, Pinto de Campos e os biógrafos que o sucederam definem o sucesso de Caxias antes de todas as experiências. Para esses, Caxias é apenas um monumento, erguido como símbolo dos ideais conservadores de organização social.

Para o padre Pinto de Campos as biografias monumento constituem a fórmula moderna de edificação da heroicidade. Como vimos, ele escreve de um "lugar social" bem determinado. O empreendimento que realiza mantém estreita relação com a proposta ideológica em

¹⁶ ALENCAR, José de. *O Marquês de Caxias*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1867. p. 2.

¹⁷ ALENCAR, José de. Op. Cit. p.2.

curso. Na década de 1840, a Revista do IHGB abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias¹⁸, que deveriam ser capazes de produzir uma representação vigorosa do mundo social, difundir valores e construir uma galeria de heróis nacionais. No caso, uma concepção de história específica fundamenta esses procedimentos. É lugar comum afirmar que no século XIX a história política era em muitos aspectos a história dos grandes homens. Da história, enquanto palco das experiências passadas, poderiam ser filtrados exemplos para o presente e o futuro. Através de um tratamento linear, a história era instrumentalizada como *mestra da vida*.

Esse tema também ocupa uma posição central nas reflexões de Ernst Cassirer. No livro *O Mito do Estado Moderno*¹⁹ procura localizar a origem dessa maneira de se pensar a história. Destaca menos o interesse da política nacional na elaboração desses modelos de homem, para verticalizar a análise sobre a emergência da história como espaço de glorificação do indivíduo. Lembra a comoção provocada pelas conferências realizadas pelo historiador inglês Thomas Carlyle em 1840. O tema era um: o "culto ao herói". Nelas, Carlyle afirmava que a história é a soma de incontáveis biografias e, entusiasmado frente uma platéia heterogênea, exclamava: "O culto ao herói, com o coração prostrado pela admiração, pela submissão, ardente, ilimitada, pela mais nobre forma de um homem semelhante a um deus – não é esse o próprio germe do cristianismo?"²⁰

Sem dúvida, o que preocupa Cassirer é a receptividade dessas idéias, expostas apaixonadamente e que exigiam a substituição da história dos acontecimentos pela história das ações e façanhas de uma pessoa. Para Carlyle, a tarefa do biógrafo, mais precisamente do historiador biógrafo, é revelar o "eu" desses grandes homens da história. Deve mergulhar no íntimo da sua personalidade para encontrar uma espécie de núcleo rígido, imune a todas as influências externas, independente. Dada a alta consciência que possui de si, esse "eu" se expressa na sua atuação, nos seus feitos. Os verdadeiros heróis são pura coerência, uma unidade interior que transborda todo o seu valor para o meio social, de forma íntegra.

O herói clássico cuja força advinha do fato de não ser humano²¹ é substituído por um homem herói de valores naturalizados, impressos numa certa interioridade ou em alguns casos materializados no próprio corpo. Os biógrafos responsáveis por erguer os novos

¹⁸ GUIMARÃES, Manoel Salgado. Op. Cit. p.15.

¹⁹ CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.

²⁰ Id. p. 210.

²¹ Para Nicole Loraux a categoria herói está vinculada a uma tradição trágico-religiosa da Grécia arcaica. Na fase democrática, os guerreiros que se destacavam nas guerras não recebiam o título de herói, eram apenas homens de coragem que deviam ter o seu valor cívico reconhecido através da instituição de uma memória. LORAUX, Nicole. *A Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. Cap. I "A oração fúnebre na polis democrática".

monumentos nacionais deveriam por em relevo essa sua natureza especial, a originalidade desse "eu".

Não há como verificar se o padre Pinto de Campos leu a obra de Carlyle. Uma característica dos trabalhos memorialistas é não incluir referências bibliográficas. É importante destacar, porém, que a equação narrativa que relaciona história – biografia – heroicidade é um terreno comum aos dois autores²². O grande desafio dessas obras está em construir um discurso que, ao apresentar a trajetória de certos personagens, oculte a configuração social na qual eles se encontravam inscritos. De outra maneira, poderia produzir um sentido menos autônomo (e, assim, menos heróico) para o sucesso dos mesmos. Não foi por acaso que Pinto de Campos promoveu o silenciamento dos anos de sua formação, limitando-os a 24 páginas.

Para perceber como o conjunto dos biógrafos memorialistas elabora essa individuação de Caxias, selecionei dois episódios da sua vida em que são trabalhados temas tradicionais desse modelo moderno de heroicização de um personagem histórico: vocação inata e unidade interior. Essa disposição obedece à ordem em que esses episódios aparecem nas biografias, quer seja, uma ordem cronológica.

O primeiro episódio é na verdade uma série de fatos e datas interligados por uma narrativa cujo objetivo é definido com clareza. Essa seqüência deve informar o menos possível e destacar a vocação inata do jovem Luiz Alves de Lima. Ela tem início invariavelmente com o fato de ter o menino assentado praça aos cinco anos de idade. Para os autores, nada reflete melhor a sua precocidade do que o brilho da estrela de cadete na sua pequenina farda²³. Assim como artistas e poetas, para Osvaldo Orico, Caxias também já nasceu com um certo dom – ele nasceu soldado²⁴. Outros, romantizam a narrativa e imaginam a sua infância: "Foi com certeza uma criança que quase não brincou. Era como que um homenzinho já aos cinco anos"²⁵. Ou ainda, vão buscar na história um sinal de que se tratava de um grande acontecimento. Afonso de Carvalho faz um relato apoteótico da fuga e chegada da família real no Brasil para explicitar uma coincidência quase mística: "O Brasil só se torna uma nação quando Caxias se faz soldado"²⁶.

Assim, o jovem Luiz Alves entra aos catorze anos para o serviço efetivo, aos quinze é promovido a alferes, matricula-se na Real

²² Sobre essa equação narrativa e as obras de Carlyle ver: LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise*. RJ, FGV, 1988.

²³ CASTRO, Jayme. *Caxias*. Porto Alegre: Edições A Nação, 1944. P.3

²⁴ ORICO, Osvaldo. *O Condestável do império*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933. p.2.

²⁵ FLEURY, Renato Sêneca. *O Duque de Caxias*. S.P., Melhoramentos, 1945. P.10

²⁶ CARVALHO, Afonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Graphicos Bloch. 1938. P.4.

Academia Militar onde cursou com brilhantismo os estudos, sendo aprovado plenamente em todas as doutrinas do curso de infantaria, bem como no segundo e terceiro anos do curso de matemática. É promovido a tenente em 1821 e em fevereiro de 1824 é capitão. "Capitão aos vinte anos de idade! O jovem toma-se objeto de especial atenção de todos (...) desperta comentários, mas rápido se espalha a fama das suas virtudes militares e dos exemplos de abnegação e bravura!"²⁷ Curiosa é a presença da conjunção *mas*. Quais teriam sido os comentários tecidos sobre a sua promoção que foram dissipados com a notícia de suas proezas e bravura? O relato de Pinto de Campos é o mais técnico dentre essas narrativas. Em relação a esses episódios, procura sempre organizar notas de rodapé com alguns documentos que comprovem a veracidade das informações, principalmente das informações sobre as virtudes do jovem oficial. A sua pretensão à neutralidade, contudo, é parcial. Muitos dos documentos não trazem o nome de quem os assina, e o autor sempre enxuga a narrativa de modo a não recompor as relações, profissionais ou não, que organizam essas promoções.

No atual estágio dessa pesquisa, ainda não é possível reconstituir essa rede de relações em que Luiz Alves está inscrito. Mas, certos indícios já permitem o trabalho sobre conjecturas.

Além do silêncio que cobre essa fase da vida de Caxias, outro fato suspeito é a ausência de informações sobre a família. Todos os biógrafos não perdem a oportunidade de explicitar a tradição militar da família Lima e Silva, enumerando os parentes oficiais e o grau de parentesco dos mais próximos a Caxias. Mas, o esforço de explicitação termina nessa lista²⁸. Esses nomes em seguida desaparecem da narrativa. Tratando-se de um gênio, o desenvolvimento do pequeno Luiz Alves é considerado um fenômeno inteiramente independente. O papel desempenhado pelos dois avós, seis tios e pelo próprio pai na sua formação – todos militares – não é mencionado. Além disso, omite-se a extensão da atuação desses familiares. Os oficiais imperiais não limitavam as suas atividades ao exército. Na sua grande maioria, possuíam uma intensa atividade política, participando dos círculos mais próximos ao imperador²⁹.

²⁷ Id. p.19.

²⁸ Afonso de Carvalho é o único biógrafo que fornece um número maior de informações biográficas e é ainda hoje severamente criticado entre militares e memorialistas, principalmente por ter discutido os laços nobiliárquicos da família. Id. Cap. I.

²⁹ Pela pesquisa genealógica é possível fazer algumas observações sobre a inserção política de parte dessa rede familiar. Pelo lado paterno: Marechal José Joaquim de Lima e Silva (avô)- fidalgo cavaleiro da casa real portuguesa; Marechal Francisco de Lima e Silva (pai)- além de regente por duas vezes, foi veador da imperatriz em 1824; Marechal José Joaquim de Lima e Silva (tio)-deputado por várias legislaturas, presidente do Piauí, conselheiro de estado, secretário dos negócios da guerra e Marechal Manoel da Fonseca de Lima e Silva (tio)- ocupou a pasta do Império, da marinha e da guerra, deputado pelo RJ, presidente de SP, conselheiro de guerra. Do lado materno: Marechal Venceslau de Oliveira Belo (tio)- presidente da província de Sergipe, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

Luiz Alves de Lima já nasceu soldado porque, como afirma José de Alencar, nasceu numa família distinta de militares. A primeira grande marca dessa distinção é o próprio título de cadete. Longe de definir uma vocação inata, era uma honraria. Aqui no Brasil, só era concedida àqueles que possuíssem uma ascendência nobre ou fossem filhos de majores da ativa ou coronéis da reserva³⁰. Outros tantos privilegiados a ela também tiveram acesso, inclusive com menos idade. Pedro de Alcântara Bellegarde, um oficial da geração do Caxias, assentou praça com a estrela de cadete aos três anos, na nau que trazia a família real para o Brasil³¹. A distinção garantia a Luiz Alves, tanto quanto a outros meninos na sua posição, um lugar de destaque na sociedade imperial, abrindo-lhes as portas do exército e os aproximando da alta elite da Corte.

Quando a seqüência de fatos organizada pelos biógrafos destaca a promoção de Luiz Alves a alferes aos quinze anos de idade, não explica que se tratava de mais um privilégio decorrente do título de cadete. Os cadetes ingressavam no exército direto com uma patente de oficial subalterno, como 2º tenente (ou alferes), não passando pelos postos inferiores³². Daí por diante, a escalada do jovem oficial era rápida, ia acumulando em sua biografia os melhores postos e inúmeras distinções.

Por isso, chamava atenção para o *mas* do texto de Afonso de Carvalho e para a parcialidade das informações de Pinto de Campos. Eles dissimulam esses vínculos. Um bom exemplo desse procedimento é a convocação de Luiz Alves para integrar o Batalhão do Imperador. Todas as biografias narram o acontecimento por considerarem-no um símbolo da neutralidade do poder imperial. Em outubro de 1822, o sr. d. Pedro I mandou reunir todas as tropas da guarnição no campo de Sant'Ana e escolheu homem por homem, 800, que constituíram o Batalhão do Imperador³³. Luiz Alves estava entre os escolhidos. Só não é informado ao leitor que antes, o imperador havia

³⁰ CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e Alunos Militares através dos Tempos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961, p. 19.

³¹ SOUZA, J. Galante de. *Índice de Bibliografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

³² A visualização dos postos que compunham o quadro hierárquico do exército permite uma melhor compreensão. Dados retirados da Coleção de Leis do Brasil, decreto de 4 de maio de 1831:

OFICIAIS:			BAIONETAS:
	Marechal do Exército		Cabos
	Tenente General		Anspeçadas
Oficiais gerais	Marechal de Camp	Oficiais subalternos	Soldados
	Brigadeiro		
		Capitão	
		1º Tenente	
		2º Tenente	
	Coronel		
Oficiais superiores	Tenente Coronel	Oficiais inferiores	1º Sargento
	Major		2º Sargento
			Forriel

³³ CAMPOS, Joaquim Pinto de. Op. Cit. p.34.

nomeado comandante desse corpo o Barão de Magé e ajudante o Barão de Suruí, ambos tios de Luiz Alves pelo lado paterno. É também sob o comando do tio e Barão de Magé, nesse mesmo batalhão, que ele recebeu seu batismo de fogo, participando do ataque frontal aos portugueses na Bahia. Mais uma vez, se destacaria. O comandante do batalhão – seu tio, é importante lembrar – escrevia para o imperador exaltando a bravura e a habilidade com que havia desempenhado a sua função e Luiz Alves recebia a sua primeira condecoração, aos 21 anos, tornando-se cavaleiro da Ordem do Cruzeiro.

Ao contrário de expor essas relações, os biógrafos preferem acreditar que o jovem oficial da família Lima e Silva foi escolhido porque o imperador conseguiu perceber com sua experiência que ali estava um homem de futuro na carreira das armas. A vocação inata transbordava e deixava traços no corpo do jovem. Não é por outro motivo que os biógrafos recorrem de forma unânime a uma exis corporal: “Era um homem reforçado, de mediana altura, pescoço curto, ombros largos, de cabeça e busto cheios de nobreza e dignidade, feições regulares, pálido, de grande mobilidade de fisionomia, olhos castanhos. Expressão suave nas relações sociais, dizem que severa e terrível, quando as circunstâncias o forçam”³⁴.

Nesses relatos, o capitão Luiz Alves de Lima apresenta uma vocação inata para a arte da guerra. Afirmar isso, é o mesmo que dizer que ele possui uma propensão geneticamente enraizada para o ofício. Para os mais sensíveis é possível percebê-lo. D. Pedro I foi um desses homens de sensibilidade. Descobriu entre os 800 jovens perfilados no Campo de Sant’Ana o grande oficial dos anos subseqüentes.

O segundo episódio é bem definido. Trata-se da Abdicação. Em 1831, Luiz Alves já estava há três anos no posto de major do exército e há dois anos era o segundo comandante do Batalhão do Imperador. É uma boa oportunidade para percebermos melhor a confusão entre vínculos profissionais e relações pessoais na carreira do então major. Nessa mesma época, o comandante de armas da Corte era o general Francisco de Lima e Silva e o primeiro comandante do Batalhão do Imperador era o coronel Manuel de Lima e Silva. Ou seja, Luiz Alves estava diretamente subordinado ao tio, o Barão do Suruí, e indiretamente ao seu pai, o general Lima e Silva. Mas, nesse caso, vale a pena apresentar a narrativa dos biógrafos com mais cuidado³⁵:

“É demais! (...) A crise no governo de d. Pedro atinge o ápice com a demissão do ‘ministério dos marqueses’ em 5 de abril. Novamente os brasileiros eram preteridos em função dos políticos portugueses. Não havia mais nada a fazer. Só a revolução (...)”

³⁴ Id. p.25.

³⁵ No caso, vou tomar por base o texto de Afonso de Carvalho, que oferece mais detalhes. CARVALHO, Afonso de. Op. Cit.

O brigadeiro Lima e Silva, em tão periclitante circunstância, decide ir ao Paço. (...) O comandante das armas, sem maiores preâmbulos, entra resolutamente no assunto. A princípio, sua majestade recebe com constrangida naturalidade as palavras do general. Mas, pouco a pouco, (...) passa a mostrar-se preocupado. Concorde, mas as ponderações do general deixam-no irritado (...) 'Não, não cedo! Não reintegro o ministério!' (...) Lima e Silva está na última tentativa de persuasão, quando chega a cavalo um oficial: 'Majestade! Os corpos de artilharia de posição acabam de marchar para o Campo de Sant'Ana, confraternizando com o povo!' 'Eu ainda tenho o batalhão do Imperador!' Responde d. Pedro. O general sorri... Nada há mais que fazer no Paço. Terminara a constrangedora advertência. Lima e Silva deixa o palácio (...) Comanda o batalhão do Imperador o tio de Caxias, o coronel Manuel de Lima e Silva. D. Pedro, possivelmente em consequência da visita do general, parece ter deixado de nele depositar a sua confiança. E determina que o marques volte a conferenciar com Caxias, com o fim de indagar se, na hipótese dele assumir o comando, poderá assegurar a fidelidade do batalhão (...) Caxias como brasileiro e, dessa forma sensível ao ambiente revolucionário e nacionalista criado pelos oficiais do batalhão, deixa ver claramente que toda a oficialidade está com o cérebro no campo de Sant'Ana, mas que se S. Majestade apelar para a lealdade do soldado, ele, por um dever especial, não poderá negá-la, e indo além, chega a indicar a própria solução do problema (...) 'Se S. Majestade quiser debelar o movimento, nada mais fácil. Bastará seguir nesta mesma noite para a fazenda de Santa Cruz, e ali reunir milícias, a frente das quais estou pronto para me colocar, devendo estacionar no Campinho os postos avançados. Se, porém, se adotar este alvitre, deverá ser acompanhado de um decreto, concedendo baixa a todos os soldados de primeira linha, que a quiserem; pois feito isso dentro de vinte e quatro horas os oficiais se acharão a sós' ³⁶

Tantos detalhes e pronunciamentos surpreendem. Não há como saber a procedência dessas informações, apesar de sempre aparecerem no texto entre aspas, como uma citação. De qualquer forma, o interesse desse trabalho recai exatamente sobre o conjunto das narrativas, fantasiosas ou não. O importante destacar é que muitos desses diálogos serão reproduzidos posteriormente por outros biógrafos e conformam a memória de que tratamos.

A primeira vista, o relato pode parecer ambíguo. Afinal, o comportamento do major Luiz Alves poderia ser interpretado como exemplo de traição. É o próprio autor que define d. Pedro como intransigente e a "revolução" como nacionalista e legítima. Estaria então Luiz Alves contra a nação e o povo brasileiro? A intenção do texto é acentuar todas as adversidades para dar mais brilho à lealdade e à coerência das atitudes do major, que jamais age apaixonadamente.

³⁶ Id. p.36-41. O grifo é do autor.

D. Pedro se sensibiliza com a fidelidade do major, mas considera uma temeridade a sugestão. Por fim, o libera para “seguir a sorte dos seus camaradas”³⁷. A solução não poderia ser melhor. “O major Lima e Silva ficara desobrigado do dever de lealdade”³⁸. Mas, para o autor, nesse momento, começa um outro dever – o da disciplina. O major Luiz Alves segue para o Campo da Honra, mas não por ser revolucionário. Estava apenas cumprindo ordens. A narrativa é perfeita:

“O general Francisco de Lima e Silva, comandante da praça, obedecendo ao povo, havia dado ordem ao coronel Manuel de Lima e Silva para apresentar-se com o seu batalhão no Campo de Sant’Ana. O coronel, obedecendo ao general, determina ao major Luiz Alves de Lima que pusesse a tropa em marcha ... O major, obedecendo ao coronel, estava em marcha para o lugar designado. Nada mais natural dentro dos rígidos ditames da disciplina militar.”³⁹

Leal, disciplinado e coerente. O major Luiz Alves de Lima já era um soldado legalista. Conhecia o seu lugar. Ainda quando a família aderira à “revolução”, mantinha-se na posição de súdito – a favor da ordem e leal à Coroa. O Batalhão do Imperador foi um dos últimos corpos a chegar no Campo de Sant’Ana, afirmaria com orgulho anos mais tarde quando interpelado no Senado sobre a sua participação nos acontecimentos do 7 de abril⁴⁰. E, ainda assim, faria questão de afirmar que o corpo para lá se dirigiu ordenadamente e em virtude de ordem competente⁴¹. A seqüência narrativa criada por Afonso de Carvalho não deixa margem para dúvidas. Luiz Alves se distinguia por ser um oficial extremamente disciplinado, que sabia acatar ordens.

Com esses relatos, os biógrafos apagam qualquer possível conflito entre o Luiz Alves oficial do exército e o Luiz Alves homem. Não podemos perder de vista que, se pelos padrões modernos da profissão há justificativa para o fato do major ter se colocado ao lado de d. Pedro, seguramente seria difícil compreender os seus sentimentos em relação à família. Pelo texto, caso o imperador aceitasse a proposta, Luiz Alves enfrentaria em combate e de forma desleal (já que o plano previa a concessão de baixas aos soldados) o próprio pai e o tio.

A ordem e a hierarquia são os valores a serem glorificados. Os textos contam a história do duque de Caxias. Não foi o major Luiz Alves que se colocou favorável a d. Pedro e contra os Lima e Silva, foi o jovem Caxias. Esse nunca experimentou conflitos, nem hesitava, era dono de uma “personalidade estática”⁴². Sempre foi o duque de Caxias,

³⁷ Id.p.41.

³⁸ Id.p.42.

³⁹ Id.p.43.

⁴⁰ Id. Ibidem.

⁴¹ Id. Ibidem.

⁴² BURKE, Peter. *A invenção da biografia e o individualismo*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 10, nº 19, 1997, p. 83-98.

o produto fixo de um equilíbrio de humores, um "eu" com uma alta consciência de si e de sua responsabilidade perante a nação.

A heroicidade do duque de Caxias é tipicamente moderna. O monumento erguido pelo padre Pinto de Campos segue os grandes modelos narrativos europeus de glorificação do indivíduo. O menino Luiz Alves aos cinco anos já dava sinais de sua natureza especial. Era dono de um gênio inato. A ascensão e consolidação da pátria estavam em suas mãos. Para uma tarefa tão grandiosa, somente um homem de valor. Um homem sem ambições pessoais, justo, coerente, disciplinado e fiel servidor das causas superiores. Uma imagem ideal, modelo e exemplo a ser seguido. Ainda assim houve comentários incrédulos, como sugere Afonso de Carvalho, mas nada que os seus feitos e abnegação não dissipassem. Uma imagem de competência técnica e de neutralidade política típica do partido conservador durante a monarquia, mas que interessaria e muito ao novo projeto político e militar republicano em gestação nos anos 20⁴³. Destituído de sua humanidade, Caxias é feito herói militar. Ou, como afirma o texto que apresenta o herói no panteão erguido na Avenida Presidente Vargas, centro do Rio, Caxias é feito "soldado-símbolo da nacionalidade brasileira".

⁴³ Sobre a retomada da memória de Caxias durante o período republicano: CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do exército brasileiro. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 25, 2000.